



CÂMARA TEMÁTICA DE CRÉDITO DISCUTE SEGURO, MUDANÇAS NA LEI E INVESTIMENTOS PARA 2018



No dia 30 de novembro aconteceu no Auditório Octávio Gouvêa de Bulhões, na sede do Banco Central, em Brasília, a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio. Após a aprovação da ata da reunião anterior, José Maria e Vitor Osaki, ambos da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA, deram início as apresentações e falaram sobre o ano de 2017 e a proposta orçamentária para 2018, englobando Seguro Rural, Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e crédito rural (equalização). José Maria informou que já foram investidos mais de R\$ 790 milhões para o trigo e milho R\$ 180 para o arroz, e que, se for necessário será liberado mais R\$ 100 milhões. Para o ano que vem, o ministério já passou para o Governo Federal uma proposta de orçamento para equalização de preço e AGF (Aquisição do Governo Federal), entre projetos de lei e emendas parlamentares, que pode chegar a R\$ 1 bilhão e 300 milhões. José Maria também informou que atualmente hoje a política de equalização de preços é mais forte do que a de formação de estoques, e que o desejo da Secretaria de Política Agrícola é que seja criada uma apólice única de seguro de preço e seguro de produção, mas que esse tema ainda tem que ser muito debatido. Entre as expectativas para 2018 também estão as ações de manutenção das regras dos programas em relação a percentuais e limites, a criação de ações de incentivo ao seguro de faturamento e maior volume de subsídio para culturas de inverno, o projeto experimental da suplementação privada, e a elaboração do Plano Trienal (2019 – 2021).

João Ferrari, do Banco Central, falou aos presentes sobre crédito rural e sua aplicação na safra 2017/2018. Ferrari apresentou os números do financiamento à Agropecuária, o crédito rural contratado por finalidade (de 1 de julho a 22 de novembro) está com um total de mais de R\$ 60 bilhões. Também foi tratado a alteração da Lei do



Crédito Rural de 1965 (Lei nº 4829) em relação a “multa” ao banco que não conseguiu cumprir com seu direcionamento, ou seja que apresentarem deficiência na aplicação de recursos, estarão sujeitos, a partir de 1º de julho de 2018, relativamente ao ano agrícola iniciado em 1º de julho de 2017, aos custos financeiros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Para 2018, os objetivos são modernizar o arcabouço legal do crédito rural, notadamente a Lei nº 4.829/1965, criação de medidas para fortalecer o mercado capitais no financiamento ao setor rural (Lei nº 8.929/1994 e Lei nº 11076/2004), métrica para a determinação das taxas de juros controlados do crédito rural similar ao que foi feito para a TLP e menor custo de observância para as instituições financeiras na contratação e na fiscalização do crédito rural.

Fernando Pimentel, da SNA, tratou sobre o Grupo de Trabalho da Central de Registro de Ônus e Gravames. Pimentel destacou os objetivos do grupo que atrair os financiadores privados que incluem ampliar a base de oferta de crédito financeiro e comercial, prover condições de governança para financiadores de qualquer natureza e melhorar a segurança jurídica para financiadores. Entretanto, os desafios incluem a CPR (Cédula de Produto Rural) com registro eletrônico; regulação do mercado MP 725/16, a criação da Cédula Imobiliária Rural, e em aspectos políticos, a obrigatoriedade de escriturar operações e a aceitação perante a frente parlamentar, que culminará com o interesse do mercado financiador.

Em assuntos gerais, como sugestão de próximos temas a serem tratados na Câmara, foi falado sobre alterações na Lei de Crédito Rural para sua modernização, CPR para crédito privado, carregamento entre as safras, capital de giro especial ao produtor e a criação de uma espécie de “PEP do Crédito”.